

Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial

Viviane Vergueiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

I3

Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial

249



Viviane Vergueiro

Este artigo foi elaborado a partir de minhas colocações na mesa “Moralidades (trans)feministas, famílias e assistencialismos”, no dia 27 de maio de 2015, coordenada por Jaqueline Gomes de Jesus e com as participações queridas de Beatriz Pagliarini Bagagli e Hailey Alves. Acredito ser importante ressaltar o fato de esta ter sido uma das poucas ocasiões em que uma mesa em evento acadêmico é constituída exclusivamente por mulheres trans e transfeministas, esperando que essa ocasião possa ser um aspecto simbólico crítico para se ressaltar a importância das contribuições de pessoas trans e de transfeminismos ao se pensarem questões relativas a diversidades corporais, identidades de gênero e feminismos.

Fiquei extremamente feliz com a oportunidade viabilizada neste Seminário Enlaçando Sexualidades, compreendendo os convites para compor esta mesa como uma corajosa decisão política, por parte da organização, de promover solidariedade e diálogo com estas questões historicamente invisibilizadas e relegadas a segundo plano em políticas públicas e episódios acadêmicos. Espero que as reflexões trazidas pela mesa e por este artigo estejam à altura da responsabilidade que nos foi confiada.

No sentido de pensar as contribuições de pessoas trans, travestis e de transfeminismos à teoria e política, inicio este artigo, assim como iniciei minha fala, com um singelo porém fundamental reconhecimento dos ativismos e conhecimentos trans, travestis e gênero-diversos junto aos quais procuro aprender e atuar – tanto os históricos como os contemporâneos. São estes os ativismos e conhecimentos que, em seus processos de resistência e luta, viabilizam a existência dessa e de outras perspectivas transfeministas em espaços acadêmicos, e espero que possamos, enquanto comunidades, fortalecê-los crescentemente para consolidar avanços e ampliar nossas possibilidades de viver bem nestas diversidades.

Também considero necessário reconhecer as redes de afeto e resistência (acadêmicas, ativistas, pessoais) que têm considerado minha voz uma contribuição potencial nestes temas. Em um mundo que odeia corpos não normativos, que interseccionalmente extermina e ojeriza nossas vidas, e que nos precariza amores e afetos, nosso existir é resistir, parafraseando Jennicet Gutiérrez,¹ de formas frequentemente bastante literais. **Que a intensificação de nossas redes e articulações faça babilônias cissexistas queimarem, e novos cenários decoloniais emergirem.** E, aqui, é importante que em processos de autorreflexão estejamos sempre engajadas, enquanto

¹ Jennicet, em junho de 2015, interrompeu um discurso do presidente estadunidense Barack Obama com uma denúncia contra a detenção e abuso de pessoas transmigrantes sem documentação, e entre suas colocações políticas está a afirmação “Mi existir es resistir”. Para algumas informações adicionais, ver <<http://vamosjuntos.org/my-existence-is-resistance-an-evening-with-jennicet-gutierrez-the-activist-who-interrupted-obama/>>.

pessoas e coletivas, na re+consideração constante das estratégias e esforços interseccionais que empreendemos.

As ideias centrais que pretendo elaborar neste artigo são as seguintes: (1) definições possíveis do conceito de cisgeneridade, e sua relevância para pensar sobre diversidades corporais e de identidades de gênero; (2) uma proposição de que a cisgeneridade, enquanto perspectiva sobre corpos e identidades de gênero, se constitui como normatividade que organiza moralidades, famílias e também perspectivas assistencialistas, de tutela e sujeição sobre estas diversidades; e (3) um apontamento sobre a necessidade de re+(des)+organizar tal organização normativa, situando cisnormatividades a partir de um entendimento das ciscolonialidades que se estabelecem, interseccionalmente, através de violências institucionalizadas e não institucionalizadas, e buscando caminhos e respostas possíveis para o desmantelamento desta organização.

Para iniciar estas reflexões, gostaria de trazer duas definições importantes para se justificar a relevância do conceito de cisgeneridade. Dos Princípios de Yogyakarta, “princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero” (ICJ, 2007), trago as definições de orientações sexuais e de identidades de gênero que fundamentarão a proposição conceitual de cisgeneridade.

Sobre as orientações sexuais, os Princípios as definem como fazendo

referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. (ICJ, 2007)

Neste sentido, cumpre enfatizar que, a partir desta definição, todas as pessoas têm orientações sexuais, sendo a construção de orientação sexual “normal” atrelada às heterossexualidades. Essa é uma compreensão importante, na medida em que o exercício de nomeação da “normalidade” é um processo historicamente situado: a heterossexualidade, enquanto

conceito, surge a partir de esforços ativistas para questionar a assimetria entre os ditos “desvios sexuais” em relação às sexualidades “normais” e “saudáveis”.

Por sua vez, as identidades de gênero podem ser definidas como

[...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído [imposto] no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero. (ICJ, 2007)

Similarmente às orientações sexuais, destacamos que todas as pessoas têm identidades de gênero, e que estas se constituem complexamente a partir de um referencial de normalidade. A cisgeneridade, conceito sobre o qual dialogaremos a seguir, representaria justamente tal referencial, denotando as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e auto-identificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero “normais”, “não transtornados”, “biológicos”.

Nesse sentido, uma primeira definição para a cisgeneridade seria considerá-la a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas. É aqui talvez seja importante uma ressalva sobre os propósitos deste conceito: aqui, não se trata de almejar a criação de uma “identidade cisgênera”, ao menos não no sentido de reproduzir o exercício de diagnóstico e imposição identitária que é colocado diante das comunidades e pessoas trans travestis. Trata-se, sim, de um esforço no sentido de encontrar formas de se referir às normalidades corporais e de identidades de gênero sem recorrer a terminologias que, de uma maneira ou outra, partem da naturalidade ou superioridade cisgênera – como, por exemplo, o uso de termos como “biológico” e “de verdade” para designar pessoas que não sejam trans travestis.

Para além desta equiparação necessária, analisar a cisgeneridade implica também em uma possibilidade de refletir sobre a normalidade e os dispositivos de poder que produzem sua naturalização: uma análise sistêmica

que nos viabilize cartografias críticas acerca das violências institucionalizadas e não institucionalizadas contra as diversidades corporais e de identidades de gênero. Desses elementos e proposições podemos depreender, portanto, que esse exercício conceitual não guarda relação significativa com algumas críticas realizadas “ao termo cis”, das quais destaco duas: (1) a crítica na linha “não sou cis”, ou “não sou tão cis assim”, e em relação ao “privilégio cis”; (2) a proposição conceitual de cisgeneridade como uma produção de um suposto “binário cis-trans”, como uma divisão entre homens e mulheres (respectivamente, óbvio) 100% masculinos e femininas em contraposição às pessoas trans travestis “ontologicamente” subversivas e revolucionárias de gênero.

Dessa forma, a partir de uma perspectiva autoetnográfica transfeminista, defendo a proposição conceitual e analítica da cisgeneridade enquanto crítica decolonial, contrapondo-me a estas duas críticas nos seguintes sentidos: em relação a (1), inicio apontando a colonialidade do saber que se pode depreender de quando consideram que o centro do exercício analítico+político+vivencial sobre cisgeneridade esteja na delimitação identitária de quem sejam as “pessoas cis”.

Esta colonialidade do saber (conceito que pensaremos adiante) se expressa não somente a partir da compreensão de que a interpelação da cisgeneridade se constitui como mera consequência lógica do tradicional tratamento dispensado às comunidades e pessoas trans travestis gênero -inconformes – tanto em seu extensivo uso textual de terceiras pessoas quanto na exterioridade discursiva mais ampla destas comunidades e pessoas² –, mas “especialmente” na percepção de que circunscrever os diálo-

² Sobre esta exterioridade discursiva, acredito que algumas das reflexões autoetnográficas em “Humanizando populações cis” e “Autoetnografando populações cis”, presentes na dissertação de mestrado que neste momento finalizo, podem trazer elementos relevantes. Uma simples ilustração desta exterioridade pode ser notada no contraste entre pessoas trans travestis e seu “oposto”, explícito e implícito, de pessoas “de verdade”, “biológicas”, “cromossômicas”; a categoria cisgeneridade desestabiliza alguns dos essencialismos e supremacismos que constituem estas oposições historicamente colocadas.

gos (acadêmicos e feministas, particularmente) sobre cisgeneridade a este ‘tema sobre quem são as pessoas cis’ configura uma simplificação e subalternização epistemicamente violentas de nossas necessidades e demandas políticas, enquanto comunidades e pessoas. Na análise da **colonialidade cisgênera** interseccionalmente situada, portanto, é de fundamental importância pensar sobre as consequências destas violências de invisibilização em nossas vidas, em como estes silêncios e desperdícios temporais de “não sei se sou cis” reverberam – colocando-os em contexto histórico – na legitimação e re+produção dos nossos processos de genocídio (político, sociocultural, existencial, físico).

Por sua vez, a partir do entendimento das utilizações e análises sobre cisgeneridade, genealogicamente associadas a comunidades trans³ e aos desenvolvimentos teóricos transfeministas e *queer* enquanto um exercício de nomeação da normalidade contra a qual nos definem como pessoas “transtornadas mentais” e “imorais”, assombra que determinados ceticismos e críticas acerca da categoria analítica de cisgeneridade se devam à suposta “binarização” que essa categoria traria, no sentido de produzir “oposições binárias” entre pessoas cisgêneras 100% normatizadas e pessoas trans travestis 100% subversivas.

O assombro se deve, particularmente, ao fato de parte destes ceticismos e críticas serem provenientes de um campo de saber dedicado, entre outras coisas, ao uso da categoria heterossexualidade como uma possibilidade crítica de se problematizarem as produções discursivas sobre sexualidades, e um campo que é supostamente alinhado a uma proposta epistemológica crítica de considerar esta dimensão subjetiva sem tomar a heterossexualidade como pressuposto de normalidade ou ideal, nem tampouco como uma homogeneidade binária 100% oposta aos “desvios sexuais”.

³ É importante localizar interseccionalmente estas comunidades: o uso da categoria cis, até onde alcançam as genealogias a que tive acesso, estão bastante associadas a comunidades virtuais (fóruns, por exemplo) entre pessoas trans no contexto estadunidense (trans, aqui, compreendido como um amplo espectro de identidades de gênero inconformes à cisheteronormatividade), o que indica determinados privilégios de acesso na constituição destes primeiros usos.

Os estudos *queer*, assim, nos trazem a necessidade de diálogo sobre o que significa, por um lado, utilizar a categoria de heterossexualidade para refletir teoricamente sobre sexualidades, e de outro, recusar e silenciar a proposição da cisgeneridade para refletir teoricamente sobre identidades de gênero. Enquanto comunidades e pessoas trans travestis, precisamos pensar sobre o que isso significa, em termos de colonialidade do saber e dos limites e possibilidades de transformação sociocultural a partir da academia, e de perspectivas *queer* e LGBT. Mais além, também sei que não são incomuns as queixas, entre estas comunidades e pessoas, de que muitos projetos e pesquisas feitas conosco a partir desta academia tiveram de nenhum a muito pouco impacto sobre nossas vidas; então, acredito que fica a urgência da reflexão e historicização necessárias.

Ainda pensando na categoria heterossexualidade, a proposição de cisgeneridade dialoga profundamente com reflexões dos estudos *queer*, na medida em que estes refletem sobre as complexidades das heterossexualidades e também das **sexualidades não normativas**, apontando tanto os desvios da heteronormatividade presentes em experiências heterossexuais quanto os alinhamentos normativos presentes entre comunidades e pessoas não hetero. Isto significa que, na análise sobre cisgeneridade, a suposta reprodução de um binário “cis-trans” (o ponto 2 de crítica) se configura como uma simplificação grosseira, já que estes entendimentos complexificam as análises acerca da produção das violências normativas, constituindo-se como fonte importante de conhecimento que devemos, em parte, aos estudos *queer*.

A limitação destas críticas *queer* à cisgeneridade reside, portanto, na colonialidade do saber que dificulta a percepção desta categoria analítica como produto, diálogo e aprendizado das comunidades e pesquisadoras trans travestis com perspectivas teóricas pós-estruturalistas,⁴ bem como uma ferramenta útil de desestabilização das posições inferiorizadas em que

⁴ Talvez não tenham os vocabulário para tais discussões teóricas, enquanto comunidades e pessoas trans travestis, como certa vez inferiu um professor relacionado aos estudos *queer*.

estamos, em termos políticos, institucionais e existenciais. A cisgeneridade, nomeada e analisada, e sendo utilizada como uma ferramenta conceitual para demonstrar a profunda, ampla e generalizada invisibilização e marginalidade contra pessoas e comunidades trans travestis em espaços demais mundo afora. Como uma forma, enfim, de identificar ciscolonialidades e as exigências políticas necessárias e estratégicas diante destas violências.

Sendo assim, espero sinceramente que as necessárias conversas sobre cisgeneridade na academia e nos processos políticos caminhem criticamente para além destes “não sou tão cis assim”, “que onda é essa de privilégio cis”, e “não devemos segregar as pessoas de forma tão binária”. Torna-se importante, nesse sentido, compreender a genealogia do pensamento sobre identidades de gênero, um caminho que não se restringe às ciências da saúde e que remonta a um esforço intelectual e político, protagonizado pelas comunidades e ativismos trans travestis, de existência discursiva para além de nossa contraposição a uma suposta normalidade mental ou alinhamento biopsíquico.

A disputa política da cisgeneridade, enquanto disputa pela linguagem, constitui-se como um esforço para superar as assimetrias presentes na construção discursiva das identidades de gênero não cisgêneras (trans, travestis, entre outras). A partir de uma caracterização da transexualidade apresentada por Márcia Arán (2006), nos é trazida uma consideração interessante sobre estas assimetrias: “[a] transexualidade é considerada um fenômeno complexo. Em linhas gerais, caracteriza-se pelo sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes e sem bases orgânicas”.

Poderíamos fazer diversos apontamentos sobre esta caracterização, porém destaco a ideia de que haveria, entre pessoas (pacientes?) transexuais, este “sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico”. Muitas pessoas considerariam este sentimento de não-pertencimento como algo “ilusório”, “mentalmente transtornado”; ao propor a cisgeneridade como desnaturalização de determinadas identidades de gênero, fazemos um convite à consideração dos elementos (verdadeiros? reais? mental-

mente são?) que constituiriam um “sentimento intenso de pertencimento ao sexo anatômico”. A partir da colocação a seguir, seríamos talvez “diferentemente iludidas”, nós pessoas cisgêneras, trans, travestis? As certezas de quais pessoas valem mais, nos jogos socioculturais de gênero?

Do nosso ponto de vista, é fato que a certeza quanto ao pertencimento ao gênero oposto [...] se repete no cotidiano do atendimento a pacientes transexuais. Entretanto, esta mesma ilusão não difere muito da ilusão de uma essência ‘masculina’ ou ‘feminina’ nos homens e mulheres considerados ‘normais’. (ARÁN, 2006, p. 60)

Questionar estas assimetrias, assim, constitui-se como parte importante da proposição analítica de cisgeneridade, no sentido de tornar mais evidentes as proximidades entre as ilusões nos processos de autoafirmação de identidades de gênero (desnaturalizando, portanto, a cisgeneridade). Como destaca Mauro Cabral, ativista e pesquisador trans*/inter*, “[p]or que parece que as mulheres e homens [cisgêneros] têm gênero e as pessoas trans* têm identidade de gênero?” (BENTO, 2011) Destacar a cisgeneridade também implica, por sua vez, em colocar em pauta nossas ausências na produção de saberes acadêmicos enquanto agentes, fato que convive com crescentes presenças trans travestis enquanto objeto e tema de estudos nestes espaços: estas ausências e presenças marginais podem impedir e dificultar que demandas destas comunidades emergjam na academia.



Sendo assim, procedo em direção a uma proposição analítica da cisgeneridade que parte da perspectiva de que não se trata meramente de uma proposição teórico-analítica, mas de um posicionamento epistêmico+político. Esta definição é apoiada sobre três eixos: pré-discursividade, binariedade, permanência. Falamos sobre estes eixos a seguir.

A pré-discursividade, primeiramente, pode ser caracterizada como o entendimento sociocultural – historicamente normativo – de que seja possível definir sexos e gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de determinadas características corporais, independentemente de como

sejam suas autopercepções ou das posições e contextos interseccionais e socioculturais em que tais seres estejam localizadas.

O momento a partir do qual uma definição sobre as “materialidades sexuadas/generificadas” se torna pré-discursivamente factível é, nesse sentido, o momento em que se compreende (a partir de critérios normativos) que estes corpos trazem certos sinais fidiscursiva que o possam definir inequivocamente entre “macho” ou “fêmea”. Tais definições são tidas como necessárias por uma variedade de razões sociais, ainda que, como aponta Julie Greenberg (2006), estas definições não somente são muito mais complexas e menos objetivas do que o senso comum talvez possa imaginar, mas também que elas se alinham a compreensões normativas sobre possibilidades corporais, desejos e práticas sexuais e reprodutivas.

Sendo assim, para analisar a pré-discursividade como característica necessária à conceituação de cisgeneridade, um conceito central a ser desconstruído e problematizado é o conceito de “sexo”. Este conceito “é comumente utilizado para se referir ao status de uma pessoa enquanto homem ou mulher, com base em fatores biológicos”, ainda que “o aspecto biológico que determina o sexo de uma pessoa não tenha sido legal ou medicamente determinado” (GREENBERG, 2006, p. 52) e que “nossas corpos [sejam] demasiado complexas para fornecer respostas inequívocas sobre diferença sexual”. (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 4) Dessa maneira, torna-se fundamental, portanto, notar como alguns conceitos – como a de “sexo biológico” – têm na sua própria naturalização – em oposição ao gênero “cultural” – uma maneira de produção da cisgeneridade enquanto normatividade. A partir de Butler (2003, p. 25, grifo do autora), esta produção das categorias “sexo” e “gênero” é problematizada:

que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura.

Ou seja: “colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas” (ibidem). A necessidade sistêmica de defender a categoria de “sexo” corresponde, assim, à defesa da “naturalidade”, da “materialidade” verificável da pré-discursividade da cisgeneridade, que é também a defesa de determinadas leituras e valores ocidentais e eurocêntricos (ver MIGNOLO, 2008).



Em relação ao eixo da binariedade, outra importante característica da cisgeneridade, podemos refletir a seu respeito ao levar em consideração que a leitura normativa sobre os corpos se considera capaz de, através de critérios supostamente objetivos, determinar sexos-gêneros, sendo também uma leitura atravessada pela ideia de que estes corpos, se “normais”, terão estes gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas: macho/homem e fêmea/mulher.



Neste sentido, parece relevante enfatizar que tal maneira binária de interpretar as diversidades corporais e de identidades de gênero opera a partir de “processos de naturalização de diferenças” que encobre relações de poder que as organizam. (LEITE JÚNIOR, 2011, p. 199) Esse encobrimento de relações de poder dificulta a percepção de que o “dimorfismo sexual” dito científico apresenta um alinhamento a “formas euro-americanas de compreender como o mundo funciona” que “dependem significativamente do uso de dualismos – pares opostos de conceitos, objetos e [c]istemas de crença”. (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 20-21) Todos corpos e gêneros têm uma história, e a binariedade como uma normatividade sociocultural eurocêntrica define e restringe os destinos de muitos deles pelo mundo.



Nesse sentido, “a noção de que pode haver uma ‘verdade’ do sexo [...] é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (BUTLER, 2003), interseccionalmente atrelada a outros vetores de normatização. Pode-se notar, por exemplo, como “a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimé-

tricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’”. Pensar possibilidades decoloniais diante de cisnormatividades implica em proposições críticas de “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero”, bem como na problematização e desnaturalização desta mesma “matriz de inteligibilidade” (BUTLER, 2003, p. 38-39) cisnormativa binária.



O terceiro elemento nesta breve tentativa de definição da cisgeneridade é a premissa de que corpos “normais”, “ideais”, “congruentes” ou “padrão” apresentam uma certa coerência fisiológica e psicológica em termos de seus pertencimentos a uma ou outra categoria de “sexo biológico”, e que tal coerência se manifeste nas expressões e identificações vistas como “adequadas” para cada corpo de maneira consistente através da vida de uma pessoa.

Dessa forma, descentralizar a cisgeneridade como definidora das possibilidades legítimas de gênero deve, também, ser um processo que questione a premissa de permanência das identidades de gênero em suas relações e diálogos com suas formações corporais, uma premissa que, em se produzindo como normatividade, estabelece restrições e violações de direitos significativos às diversidades corporais e de identidades de gênero.



Em um exemplo trazido por Thiago Coacci (2013, p. 53), é notável como, em discursos jurídicos, “é a fixidez do sexo a principal razão para se negar a alteração dos documentos dos/as transexuais”. Entre os posicionamentos deste campo de saber, percepções que explicitam como a ideia de permanência permeia compreensões sobre diversidades corporais e de identidades de gênero:

Quem nasceu com conformação genérica do sexo masculino será sempre integrante do sexo masculino; e quem nasce com a conformação genérica do sexo feminino será sempre desse sexo um integrante. É uma verdade imutável; ao menos até hoje. [...] No caso, qualquer pessoa que tenha se submetido ou venha a se submeter à referida cirurgia, continuará integrante do sexo que a natureza lhe concedeu.

Em outro posicionamento, reforça-se argumento semelhante: “Seus órgãos internos são de um homem, situação inalterável, perene”. (COACCI, 2013, p. 55) O contraste entre estes argumentos surgidos em discursos jurídicos e percepções que compreendam o gênero como performatividade são explícitos, como se pode notar em Butler (2007, p. 273-274, tradução nossa, grifo do autor):

O gênero não deve ser interpretado como uma identidade estável ou um lugar em que se assenta a capacidade de ação e de onde resultam diversos atos, senão como uma identidade fragilmente constituída no tempo, instituída em um espaço exterior mediante uma *reiteração estilizada de atos*. [...] Esta formulação distancia a concepção de gênero de um modelo substancial de identidade e a coloca em um terreno que requiere uma concepção de gênero como *temporalidade social* constituída. É significativo que, se o gênero se institui mediante atos que são internamente descontínuos, então a *aparência de substância* é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa.

Trata-se, nesse sentido, de notar os diálogos entre um sistema judiciário para o qual a “verdade imutável” do gênero – da cisgeneridade – se produz por “conformações genéticas” e “genitálias”, com projetos colonialistas em que esta suposta verdade se constitui como dispositivo de poder que extermina, explora, monitora e restringe as diversidades corporais e de identidades de gênero em diferentes culturas e sociedades. Perceber o gênero como performativo não somente abala a naturalização da ideia de permanência cisnormativa, como também situa nossas construções performativas em relação a nossas inserções socioculturais, às interpretações que existam, nestes contextos, sobre corpos e pertencimentos de gênero.

A partir destes três elementos que constituiriam a cisgeneridade como conceito, podemos então pensar derivações que trazem, potencialmente, contribuições à compreensão das normatividades que atravessam as diversidades corporais e de identidades de gênero: algumas delas, a serem pensadas neste texto, são cisnormatividade, cissexismo e ciscolonialidade

– para além das corruptelas intencionais, como sistema. Antes, porém, acredito ser importante enfatizar o caráter interseccional deste conceito e suas derivações, tanto no sentido de situar as diversidades corporais e de identidades de gênero como vetores interseccionais entrelaçados a vários outros, quanto no sentido de tornar mais complexas as reflexões, por exemplo, sobre as comunidades e pessoas trans travestis. Guilherme Gomes Ferreira (2014, p. 41), em seu trabalho *Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere*, faz uma consideração crítica que me parece apontar nesta direção, a da necessidade de pensar estas diversidades a partir de lentes interseccionais, com particular ênfase em classe:

[A] realidade social onde é produzida a identidade travesti [...] é fruto, entre outras coisas, das condições materiais de vida e da sua inserção numa classe social determinada. Não se está aqui dizendo que a identidade travesti é generalizadamente um produto da pobreza, ou que a pobreza define uma identidade de gênero como essa.

A apresentação destas complexidades interseccionais traz consigo um abalo nas premissas cisnormativas, especialmente na medida em que desestabiliza simplificações estereotípicas sobre comunidades e pessoas trans travestis, entre outras. Ao pensarmos sobre caminhos decoloniais, falaremos sobre a importância da autocrítica constante que implique em reflexões interseccionais.

Os estereótipos e simplificações sobre comunidades e pessoas trans travestis podem ser analisados como consequências de processos de naturalização da cisgeneridade. Durante minha apresentação no Seminário Enlaçando Sexualidades, comentei sobre algumas frases que ilustrariam um pouco destes processos:

“esta pessoa é biologicamente homem” / “nasceu homem”

“era ela, virou ele” / “homens, mulheres e trans”

“nossa, parece mulher de verdade”

“mas a voz é de homem”

“nasceu em corpo errado”

“incongruência” / “transtorno de id. de gênero”

Note-se como estas colocações tanto idealizam um ou outro eixo da cisgeneridade como “natural” e “biológico”, quanto os tomam como a base “ideal” para definir vivências tidas como “fora” da cisgeneridade como transtornadas, doentes, inferiores. São estes processos normativos que constituem, em níveis institucionais e não institucionais, forças sistêmicas como o cissexismo e cisnormatividade. Em relação ao primeiro, podemos trazer uma definição feita por Erica Lennon e Brian J. Mistler (2014, tradução nossa) no primeiro número da publicação *Transgender Studies Quarterly*, sobre “cisgenerismo” (*cisgenderism*, no original)⁵: “esta ideologia fundamenta e perpetua a crença de que identidades e expressões cisgêneras são mais valorizadas [legítimas] que as trans*, criando um [c]istema indissociável de poder e privilégios relacionados.”

Dessa forma, a proposição conceitual de cisgeneridade se localiza para além de enfatizar o caráter de “ideologia cultural” que configura a cisgeneridade (e muito mais distante ainda, evidentemente, de um exercício de nomeação de “quem é cis e quem não é”). É uma proposição nos que incita, também, a desestabilizarmos hegemonias epistêmicas, legitimando e valorizando a necessidade dos saberes desde “olhares oposicionais”, parafraseando Bellhooks (1992).

Nomear o cissexismo enquanto violência, portanto, constitui-se como possibilidade de linguagem e como consequência e produto destes olhares oposicionais, cujos saberes estiveram em cada um dos *trukes* e doces e mandingas e estratégias, e pouco a pouco (interseccionalmente) também

⁵ Utilizamos cissexismo neste texto, devido à sua popularidade de uso nos contextos trans travestis brasileiros em relação ao uso de cisgenerismo, o termo que é apresentado por estas pessoas autoras. Acredito, entretanto, que em termos analíticos é possível pensá-los enquanto sinônimos.

se vão fazendo presentes na teorização formal (não sem tensionamentos e silêncios de apagamento). O cissexismo, assim, compreendido em suas dinâmicas de violência e normatização institucionalizadas e inseridas em contextos socioculturais: relacionadas, desta forma, a conceitos historicamente utilizados nas lutas ativistas, como “homofobia” e “transfobia”.

As considerações sobre cisonormatividade, por sua vez, procuram enfatizar que os processos cisonormativos produzem consequências mais amplas que aquelas violências direcionadas a comunidades e pessoas trans travestis: nesse sentido, os seus efeitos não se restringem a estas comunidades e pessoas marginalizadas, mas normatizam e monitoram vidas cisgêneras também (de distintas maneiras). Poderíamos pensar em como as normas de gênero afetam vivências cisgêneras, no sentido das regulações sobre suas expressões de gênero e das limitações colocadas à sua autonomia corporal (especialmente em relação a mulheres cisgêneras), entre diversos outros dispositivos cisonormativos.

A ideia de cisonormatividade pode ser alinhada à de heteronormatividade; segundo Cathy Cohen (1997, p. 440), a heteronormatividade se constitui pelas “práticas localizadas e instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’”. A cisonormatividade estaria alinhada à heteronormatividade na medida em que se constitui pelas práticas e instituições que legitimam e privilegiam a cisgeneridade como corporalidades e identidades de gênero naturais e mentalmente saudáveis; tais práticas organizam, entre outros fatores, moralidades, ideais de família e Estado, bem como as possibilidades políticas de pensarmos as diversidades corporais e de identidades de gênero.

Outra ideia que, a partir da cisgeneridade, pode proporcionar reflexões críticas acerca das diversidades corporais e de identidades de gênero é a de ciscolonialidade. A organização cisonormativa de ideias morais e familiares é indissociável dos históricos projetos coloniais europeus, cristãos, branco-supremacistas, projetos que instaura(ra)m diferentes formas de colonialidade contra diferenças étnico-raciais, cosmogônicas e de

interpretações socioculturais sobre corpos e identidades de gênero. Daí a importância de atrelar os entendimentos e análises sobre cisnormatividade às colonialidades históricas que ainda hoje fundamentam determinadas normatividades. Para considerarmos a ciscolonialidade, uma reflexão conceitual sobre colonialidade e colonialismo feita por Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010, p. 15) também pode nos ser útil:

O colonialismo se refere ao processo e aos aparatos de domínio político e militar que se exercem para garantir a exploração do trabalho e das riquezas das colônias em benefício do colonizador. [...] A colonialidade é um fenômeno histórico muito mais complexo que se estende até nosso presente, e que se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas.

Destacar as ciscolonialidades e suas relações com as normatividades em relação a corpos e identidades de gênero nos instiga a re+pensar como os projetos coloniais não estiveram circunscritos à exploração econômica e política das colônias, tendo como sua parte constituinte a idealização de perspectivas socioculturais eurocêntricas, cristãs e racistas sobre corpos e identidades de gênero. Ademais, nos desafia à construção de genealogias que objetivem analisar como estas colonialidades históricas persistem até hoje, através dos assassinatos cotidianos de pessoas trans travestis, entre tantos outros exemplos.

Um breve trecho da *Crónica del Perú*, de Pedro de Cieza de León (1553), citado em entrevista de Giuseppe Campuzano (2013), pode ilustrar bem estas linhas de continuidade violentas:

A verdade é que, geralmente, entre os serranos e yungas o demônio introduziu este vício disfarçado como santidade. E é que, em cada templo, o adoratório principal tem um homem ou dois, ou mais [...], os quais andam vestidos como mulheres desde que eram garotos, e falavam como tais, e em suas maneiras, trajes e tudo mais imitavam as mulheres. [...] Isto eu sei por ter castigado dois índios de sua majestade.

Os castigos exercidos contra os “dois índios de sua majestade” eram parte integrante de inúmeras estratégias coloniais de dominação contra moralidades e famílias que eram estranhas à dita “civilização” europeia, como aponta Rita Laura Segato (2010):

Povos indígenas [...], assim como uma quantidade de povos nativos norte-americanos e das primeiras nações canadenses, além de todos grupos religiosos afro-americanos, incluem linguagens e contemplam práticas ‘transgêneras’ estabilizadas, casamentos entre pessoas que o ocidente entende como ‘de mesmo sexo’, e outras transitividades de gênero bloqueadas pelo [c]istema de gênero absolutamente engessado da modernidade colonial.

Através dos processos de extermínio, invisibilização e marginalização destas perspectivas não ocidentais sobre corpos e identidades de gênero, foram se constituindo formas institucionais e não institucionais de cis-colonialidade que seguem como dispositivos necessários à continuidade destes processos. No âmbito deste breve artigo, centralizo minha análise sobre a colonialidade do saber que permeia as diversidades corporais e de identidades de gênero, e em algumas demandas políticas necessárias ao seu enfrentamento e desmantelamento.

Como se expressa esta ciscolonialidade do saber? Alguns elementos frequentes nas epistemologias hegemônicas a respeito de diversidades corporais e de identidades de gênero ilustram um pouco desta forma de colonialidade. Entre eles, consideremos as preocupações acadêmicas em torno de definir se pessoas trans travestis são subversivas ou reprodutoras de normas de gênero, a construção de uma “linha do tempo do universo trans” em que pessoas trans travestis parecem existir somente a partir de desenvolvimentos nas ciências da saúde (o conceito de “transexualidade” sendo especialmente atrelado às possibilidades tecnológicas de procedimentos cirúrgicos), e as presenças marginalizadas e inexistentes de pessoas trans travestis em ambientes acadêmicos, onde é muito mais provável que existamos enquanto campo e objetos de estudo do que como pessoas

pesquisadoras, algo que repercute sobre o tipo e qualidade de conhecimento que é produzido a respeito destes temas.

Um dos caminhos de enfrentamento a esta forma de colonialidade que se desdobra em vários problemas é estabelecer processos de re+escrita e des+aprendizados críticos, legitimar e valorizar os conhecimentos específicos provenientes de nossas comunidades, particularmente nas suas interseções. No sentido da produção de conhecimentos sobre as diversidades corporais e de identidades de gênero, isso implica em um esforço constante de re+escrita e des+aprendizado de colonialidades condescendentes e inferiorizantes que nos excluíram, historicamente, da possibilidade de produzir conhecimentos válidos sem intermediações de “especialistas”, e no enfrentamento efetivo das violências que nos impedem e dificultam o acesso a recursos educacionais. Quando contrapomos nossas experiências complexas e interseccionalmente localizadas contra as epistemologias dominantes que simplificam e condescendem nossas comunidades e pessoas trans travestis, construímos fissuras na ciscolonialidade que, espero, possam explicitar e denunciar as funções morais por detrás das supostas objetividade e neutralidade das ciências, permitindo a constituição de outros modelos de gênero (ver SINGER, 2006).

Para viabilizar este caminho, é imprescindível notar as complexidades subjetivas trans* (travestis, trans, transexuais, não binárias, entre outras), e as dificuldades envolvidas em nos agenciarmos; interrogar-se sobre que tipos de proposta epistemológica nos animam, enquanto comunidades e pessoas; e questionar nossas ausências marcantes enquanto referenciais teóricos (particularmente, nos debates relacionados a questões transtravestis e de trabalho sexual). Alguns esforços decoloniais têm sido desenvolvidos neste sentido, e incluem:

1. Pensar a interseccionalidade como autorreflexividade crítica, no sentido de re+pensarmos, re+des+construirmos e des+aprendermos nossas perspectivas políticas a partir de aprendizados e complexificações das leituras sobre o mundo;

2. demandar formas de monitoramento comunitário de projetos realizados junto a populações trans, com contrapartidas dialogadas e avaliação dos impactos sobre as comunidades;
3. dialogar sobre a importância do desenvolvimento de metodologias de pesquisa “para validar a interpretação de dados de pesquisa” como “componente crucial de qualquer prática sociológica reflexiva” (NAMASTE, 2000, p. 267), e em especial quando envolvam participantes trans travestis;
4. lutar pela autonomização dos saberes, cuidados e comunidades entre as diversidades corporais e de identidades de gênero, diante de um sistema educacional cissexista que as expulsa e violenta como regra.

Gosto de pensar que estes esforços, mesmo quando aparentemente intransponíveis, possam contribuir para a construção de movimentos que centralizem sua atenção e demandas políticas nas pessoas que mais necessitam de apoio, possam assegurar que os investimentos em projetos acadêmicos ligados às populações trans travestis tenham impacto efetivo sobre estas comunidades e sejam produções dialéticas de conhecimento, e que eles nos incitem constantemente a formar comunidades onde autonomizemos nossas epistemologias e processos de conhecer, nossos auto+cuidados, afetos e sexualidades, e nossas autopercepções sobre corpos e identidades de gênero, para muito além de paradigmas ocidentalizados, eurocêtricos, patologizantes e supremacistas.

Que nossos esforços decoloniais culminem no dismantelamento de sistemascissexistas, cisnormativos e ciscolonialistas, em alianças e solidariedades interseccionais com outros esforços necessários às transformações socioculturais em prol das diversidades corporais e de identidades de gênero.

Referências

- ALDRICH, R. (Ed.). *Gay Life and Culture: A World History*. New York: Universe, 2006.
- ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100004&lng=en&nrm=iso>.
- BENTO, B. Política da diferença: feminismos e transexualidades.. In: COLLING, L. (ed.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Salvador: Edufba, 2011. p. 79-110.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar.
- BUTLER, J. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007. Tradução de Maria Antonia Muñoz.
- CAMPUZANO, G. *Giuseppe Campuzano y El Museo Travesti del Peru (Entrevista con Lawrence La Fountain-Stokes)*. Instituto Hemisférico de Performance y Política, 2013. Disponível em: <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es/campuzano-entrevista>> .
- COACCI, T. “Eu tenho um amo implacável: a natureza das coisas”: discursos jurídicos acerca das transexualidades no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1989-2010). *Revista Diálogo*, Canoas, n. 24, p. 45-62, Dezembro 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/1304/993>>.
- COHEN, C. Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens – The Radical Potential of Queer Politics? *GLQ*, v. 3, p. 437-465, 1997.
- FAUSTO-STERLING, A. *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. Nova Iorque: Basic Books, 2000. ISBN 0-465-07714-5.
- FERREIRA, G. G. *Travestis e prisões : a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5660/1/000454061-Texto+Completo-0.pdf>> .

GREENBERG, J.. The Roads Less Traveled: The Problem with Binary Sex Categories. In: CURRAH, PAISLEY, JUANG, MINTER (Ed.). *Transgender Rights*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 2006, p. 51-73.

HOOKS, bell. *Black Looks: Race and Representation*. Boston, Massachusetts: South End Press, 1992.

INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS (ICJ). *Yogyakarta Principles - Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity*. 2007. Disponível em: <http://www.yogyakartaprinciples.org>>. Acesso em: 15 out. 2014.

LEITE JÚNIOR, J. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transsexual" no discurso científico*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2011.

LENNON, E.; MISTLER, B. J. Cisgenderism. *Transgender Studies Quarterly*. Postposttranssexual: Key Concepts for a 21st Century Transgender Studies, v. 1, n. 1-2, p. 63-64, 2014. Disponível em: <<http://tsq.dukejournals.org/content/1/1-2/26.full.pdf>>.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>>.

NAMASTE, V. K. *Invisible lives: the erasure of transsexual and transgendered people*. Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 2000.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

SEGATO, R. L. *Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial*. [s. l], [s. n], 2010.

SINGER, T. Benjamin. From the Medical Gaze to Sublime Mutations: the Ethics of (Re)Viewing Non-Normative Body Images. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. (Ed.). *The Transgender Studies Reader*, p. 601-620. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 601-620.